

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste
São Gabriel do Oeste/MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 02 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ceileiro Centro Oeste - Sicredi Ceileiro Centro Oeste
CNPJ/MF nº 03.566.655/0001-10

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	1.008.362	775.538	CIRCULANTE	650.254	484.274
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	21.157	10.359	DEPÓSITOS (NOTA 12)	185.142	99.164
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	101.478	-	Depósitos à Vista	134.479	92.656
Carteira Própria	101.478	-	Depósitos Interfinanceiros	43.795	-
			Depósitos a Prazo	6.868	6.508
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	135.468	189.162	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	363.895	322.527
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	9	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	14
Correspondentes no país	676	154	Repasses Interfinanceiros (NOTA 13)	363.895	322.513
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	134.792	188.999	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	990	665
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	702.693	543.515	Recursos em Trânsito de Terceiros	990	665
Operações de Crédito	737.412	561.636	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	3	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(34.719)	(18.121)	Empréstimos País - Outras Instituições	3	-
OUTROS CRÉDITOS	44.270	28.244	OUTRAS OBRIGAÇÕES	100.224	61.918
Créditos por Avals e Fianças Honoradas (NOTA 07)	1.628	403	Cobrança e Arrecadação de Tributos	320	203
Rendas a Receber	1.664	1.554	Sociais e Estatutárias	8.926	7.068
Diversos (NOTA 07 e 08)	43.306	26.897	Fiscais e Previdenciárias	1.646	1.265
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(2.328)	(610)	Diversas (NOTA 15)	89.332	53.382
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	3.296	4.258			
Outros Valores e Bens	3.187	4.729			
(Provisão para desvalorização)	(92)	(606)			
Despesas Antecipadas	201	135			
NÃO CIRCULANTE	272.861	169.373	NÃO CIRCULANTE	428.270	297.697
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	272.861	169.373	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	428.270	297.697
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	32.192	19.872	DEPÓSITOS (NOTA 12)	323.644	240.754
Aplicações em Depósitos interfinanceiros	32.192	19.872	Depósitos a Prazo	323.644	240.754
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	188.681	107.630	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	99.685	56.943
Operações de Crédito	198.847	112.173	Repasses Interfinanceiros	99.685	56.943
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(10.166)	(4.543)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	4.941	-
OUTROS CRÉDITOS	2.006	2.756	Empréstimos País - Outras Instituições	4.941	-
Diversos (NOTA 07 e 08)	2.031	2.795			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(25)	(39)			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	19.422	14.415	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	202.699	162.940
Outros Investimentos	19.422	14.415	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	96.705	77.791
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	27.376	21.183	De Domiciliados no País	105.597	82.659
Imóveis de Uso	542	-	(Capital a Realizar)	(8.892)	(4.868)
Outras Imobilizações de Uso	35.499	27.135	RESERVAS DE SOBRAS	92.148	72.678
(Depreciação acumulada)	(8.665)	(5.952)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	13.846	12.471
INTANGÍVEL (NOTA 11)	3.184	3.517			
Outros Ativos Intangíveis	7.129	6.659			
(Amortização acumulada)	(3.945)	(3.142)			
TOTAL DO ATIVO	1.281.223	944.911	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.281.223	944.911

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ceileiro Centro Oeste - Sicredi Ceileiro Centro Oeste
CNPJ/MF nº 03.566.655/0001-10

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	80.789	-	80.789	141.583	4	141.587	104.183	1	104.184
Operações de Crédito	79.709	-	79.709	139.947	4	139.951	103.933	1	103.934
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.080	-	1.080	1.636	-	1.636	250	-	250
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(53.761)	(746)	(54.507)	(81.914)	(1.617)	(83.531)	(53.990)	(642)	(54.632)
Operações de Captação no Mercado	(8.479)	(746)	(9.225)	(15.438)	(1.616)	(17.054)	(11.171)	(642)	(11.813)
Operações de Empréstimos e Repasses	(20.257)	-	(20.257)	(31.422)	(1)	(31.423)	(30.608)	-	(30.608)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(25.025)	-	(25.025)	(35.054)	-	(35.054)	(12.211)	-	(12.211)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	27.028	(746)	26.282	59.669	(1.613)	58.056	50.193	(641)	49.552
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(16.880)	6.902	(9.978)	(28.947)	11.154	(17.793)	(18.170)	6.040	(12.130)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	5.676	8.050	13.726	11.070	15.090	26.160	8.893	10.928	19.821
Rendas de Tarifas Bancárias	6.550	-	6.550	12.011	-	12.011	8.513	-	8.513
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(14.149)	(1.872)	(16.021)	(26.048)	(3.473)	(29.521)	(21.801)	(2.115)	(23.916)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(12.110)	(1.795)	(13.905)	(24.219)	(3.227)	(27.446)	(19.344)	(2.308)	(21.652)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(21)	(404)	(425)	(47)	(759)	(806)	(52)	(551)	(603)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	5.731	3.710	9.441	14.191	4.888	19.079	19.460	1.055	20.515
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(8.557)	(787)	(9.344)	(15.905)	(1.365)	(17.270)	(13.839)	(969)	(14.808)
RESULTADO OPERACIONAL	10.148	6.156	16.304	30.722	9.541	40.263	32.023	5.399	37.422
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	41	16	57	600	58	658	(720)	191	(529)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	10.189	6.172	16.361	31.322	9.599	40.921	31.303	5.590	36.893
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(265)	(265)	-	(1.234)	(1.234)	-	(309)	(309)
Provisão para Imposto de Renda	-	(151)	(151)	-	(752)	(752)	-	(174)	(174)
Provisão para Contribuição Social	-	(114)	(114)	-	(482)	(482)	-	(135)	(135)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.962)	-	(2.962)	(4.972)	-	(4.972)	(3.962)	-	(3.962)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	7.227	5.907	13.134	26.350	8.365	34.715	27.341	5.281	32.622
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	8.365	(8.365)	-	5.281	(5.281)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	7.227	5.907	13.134	34.715	-	34.715	32.622	-	32.622
DESTINAÇÕES	-	-	-	(20.869)	-	(20.869)	(20.151)	-	(20.151)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(5.002)	-	(5.002)	(4.398)	-	(4.398)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.385)	-	(1.385)	(1.247)	-	(1.247)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(12.461)	-	(12.461)	(11.224)	-	(11.224)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.021)	-	(2.021)	(3.282)	-	(3.282)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	13.846	-	13.846	12.471	-	12.471

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ceileiro Centro Oeste - Sicredi Ceileiro Centro Oeste

CNPJ/MF nº 03.566.655/0001-10

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	62.671	53.287	10.855	126.813
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	539	-	(5.350)	(4.811)
Destinações para reservas	-	4.885	(4.885)	-
Outras destinações	-	-	(620)	(620)
Capital de associados				
Aumento de capital	13.875	-	-	13.875
Baixas de capital	(3.465)	-	-	(3.465)
Resultado do período	-	-	32.622	32.622
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.247)	(1.247)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.224	(11.224)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.171	-	(4.398)	(227)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.282	(3.282)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	77.791	72.678	12.471	162.940
Mutações do Período	15.120	19.391	1.616	36.127
Saldos no início do período em 01/01/2019	77.791	72.678	12.471	162.940
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	1.238	-	(6.782)	(5.544)
Destinações para reservas	-	4.988	(4.988)	-
Outras destinações	-	-	(701)	(701)
Capital de associados				
Aumento de capital	16.556	-	-	16.556
Baixas de capital	(3.563)	-	-	(3.563)
Resultado do período	-	-	34.715	34.715
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.385)	(1.385)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.461	(12.461)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.683	-	(5.002)	(319)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.021	(2.021)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	96.705	92.148	13.846	202.699
Mutações do Período	18.914	19.470	1.375	39.759
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	84.918	77.666	21.581	184.165
Capital de associados				
Aumento de capital	9.332	-	-	9.332
Baixas de capital	(2.228)	-	-	(2.228)
Resultado do período	-	-	13.134	13.134
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.385)	(1.385)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.461	(12.461)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.683	-	(5.002)	(319)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.021	(2.021)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	96.705	92.148	13.846	202.699
Mutações do Período	11.787	14.482	(7.735)	18.534

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste
CNPJ/MF nº 03.566.655/0001-10

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	31.313	60.993	42.143
Resultado do semestre/exercício	13.134	34.715	32.622
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	18.179	26.278	9.521
Provisão para operações de crédito	17.750	22.221	6.828
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(1)	(514)	508
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(237)	1.704	123
Depreciação do imobilizado de uso	1.686	3.235	2.366
Amortização do intangível	421	803	699
Baixas do ativo permanente	57	94	107
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(44)	75	121
Destinações ao FATES	(1.385)	(1.385)	(1.247)
Dividendos SicrediPar	(68)	45	16
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(79.315)	(95.832)	(24.318)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(14.876)	(12.320)	(19.427)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(101.478)	(101.478)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	5.289	9	(7)
Redução em créditos vinculados	42	-	-
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(676)	(522)	506
(Aumento) em operações de crédito	(162.308)	(262.450)	(237.802)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	58.835	84.111	138.072
(Aumento) em outros créditos	(12.049)	(17.025)	(11.931)
Redução em outros valores e bens	1.493	1.476	2.638
Aumento em depósitos	81.351	168.868	124.537
Aumento em relações interdependências passivas	160	325	39
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	4.944	4.944	(37.932)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(693)	(2.069)	(1.667)
Aumento em outras obrigações	60.651	40.299	18.656
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(48.002)	(34.839)	17.825
Aquisição de Investimentos	(5.007)	(5.007)	(754)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(6.110)	(9.522)	(8.413)
Aplicações no Intangível	(160)	(470)	(1.482)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(11.277)	(14.999)	(10.649)
Integralização de capital	9.332	16.556	13.875
Baixa de capital	(2.228)	(3.563)	(3.465)
Juros ao capital próprio	(319)	(319)	(227)
Distribuição de Sobras	-	(6.245)	(5.431)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	6.785	6.429	4.752
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(52.494)	(43.409)	11.928
Caixa e equivalente de caixa no início do período	208.443	199.358	187.430
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	155.949	155.949	199.358

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 13/09/1999 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 02 de março de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	21.157	10.359
Caixa	21.157	10.357
Depósitos bancários	-	2
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	134.792	188.999
Total	155.949	199.358

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	32.192	19.872
DI entre Banco e Cooperativas	32.192	18.712
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.160
Total não circulante	32.192	19.872

(i) Refere-se basicamente a aplicações que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades) e antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 100% e 105% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	10.388	-
Cotas de Fundos Multimercado (i)	91.090	-
Total circulante	101.478	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	426.649	72.005	498.654	363.887
Financiamentos	48.439	31.449	79.888	34.138
Financiamentos rurais e agroindustriais	262.324	95.393	357.717	275.784
Carteira total	737.412	198.847	936.259	673.809

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	1.628	-	1.628	403
Devedores por compra de valores e bens	1.311	2.019	3.330	3.918
Títulos e créditos a receber (i)	38.413	12	38.425	21.026
Total	41.352	2.031	43.383	25.347

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	52	-	-	-
Nível A	0,50	349.271	283.301	1.746	1.417
Nível B	1,00	412.180	290.232	4.121	2.901
Nível C	3,00	159.928	84.319	4.798	2.530
Nível D	10,00	14.137	17.344	1.414	1.734
Nível E	30,00	4.863	8.560	1.459	2.568
Nível F	50,00	8.761	4.781	4.381	2.391
Nível G	70,00	3.770	2.825	2.639	1.978
Nível H	100,00	26.680	7.794	26.680	7.794
Total		979.642	699.156	47.238	23.313

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				2018	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	21.317	101.024	240.705	66.515	429.561	307.579
Rural	2.050	39.742	220.532	95.393	357.717	275.784
Industrial	146	3.574	2.848	1.778	8.346	12.697
Comércio	966	32.088	51.815	22.751	107.620	72.372
Outros Serviços	1.311	20.742	39.904	14.441	76.398	30.724
Total	25.790	197.170	555.804	200.878	979.642	699.156

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	77.146	7,87	69.744	9,98
50 devedores seguintes	206.477	21,08	176.913	25,30
100 devedores seguintes	194.307	19,83	139.527	19,96
Demais	501.712	51,22	312.972	44,76
Total	979.642	100	699.156	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	23.313	16.362
Constituição de provisão	35.054	12.211
Movimentação de baixados para prejuízo	(11.129)	(5.260)
Saldo final	47.238	23.313

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.714 (2018 - R\$ 4.313), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 28.578 (2018 - R\$ 18.397).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	237	247
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.319	2.147
Devedores por compra de valores e bens	1.311	1.131
Devedores por depósitos em garantia	295	312
Impostos e contribuições a compensar (ii)	111	763
Títulos e créditos a receber (iii)	38.413	21.018
Devedores por convênios	-	3
Operações com cartões	449	518
Pendências a regularizar	74	463
Outros	97	295
Total Circulante	43.306	26.897

Devedores por compra de valores e bens	2.019	2.787
Títulos e créditos a receber (iii)	12	8
Total não circulante	2.031	2.795

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) Refere-se ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, assim como alguns casos em que houve pagamento indevido de valores de INSS. Ambos os casos serão compensados através da PER/DCOMPweb.

(iii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	3.186	4.729
Imóveis	3.112	4.621
Veículos e afins	74	88
Bens em regime especial	-	20
Material em estoque	1	-
Despesas antecipadas	201	135
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(92)	(606)
Total Circulante	3.296	4.258

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 92 (2018 - R\$ 606) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	8.780	7.478
Sicredi Participações S.A.	10.641	6.936
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	19.422	14.415

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	4.663.041 ON	2.249.469 ON	1	1	8.779.697	7.477.782
	9.683.824 PN	4.686.497 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,36%	0,79%	0,62%	0,62%	17,78%	16,86%
Capital social	969.491	880.597	164	164	49.391	44.357
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	52.149	46.954
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	92	163
Valor do investimento	10.641	6.936	1	1	8.780	7.478

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	36.041	(8.665)	27.376	21.183
Imobilizações em curso	-	5.566	-	5.566	87
Terrenos	-	542	-	542	-
Instalações	10%	14.322	(3.418)	10.904	11.324
Móveis e equipamentos de uso	10%	7.570	(1.707)	5.863	5.708
Sistema de comunicação	10%	280	(70)	210	188
Sistema de processamento de dados	20%	6.251	(3.069)	3.182	3.016
Sistema de segurança	10%	991	(248)	743	531
Sistema de transporte	20%	519	(153)	366	329
Intangível (i)		7.129	(3.945)	3.184	3.517
Investimentos Confederação		7.101	(3.936)	3.165	3.495
Outros ativos intangíveis		28	(9)	19	22
Total		43.170	(12.610)	30.560	24.700

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	134.479	-	-	134.479	92.656
Depósitos Interfinanceiros	-	43.795	-	43.795	-
Depósitos a prazo	1.051	5.817	323.644	330.512	247.262
Total	135.530	49.612	323.644	508.786	339.918

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	264.038	234.102
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	264.038	234.102
Outros Recursos	99.857	88.411
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	99.857	88.411
Total circulante	363.895	322.513
Recursos do Crédito Rural	99.685	56.943
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	99.685	56.943
Total não circulante	99.685	56.943

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/05/2023, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	3	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3	-
Total circulante	3	-
Empréstimos no País - outras instituições	4.941	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.941	-
Total não circulante	4.941	-

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	41.596	22.438
Obrigações por convênios oficiais	6	6
Provisão para pagamentos a efetuar	3.458	2.729
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 16)	343	268
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.815	2.513
Pendências a regularizar	59	184
Operações com cartões	36.929	20.994
Demais fornecedores	2.363	1.866
Credores diversos	2.763	2.384
Total circulante	89.332	53.382

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	217	314	(241)	290
Cível	51	42	(40)	53
Total	268	356	(281)	343

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	290	217
Cível	Provável	53	51
Total		343	268

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 290 e R\$ 53 (2018 - R\$ 217 e R\$ 51), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	96.705	77.791
Total de associados	40.515	33.748

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$18.914 (2018 – R\$ 15.120), sendo R\$5.921 (2018 – R\$4.710) via integralização de resultados e R\$ 16.556 (2018 – R\$ 13.875), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.563 (2018 – R\$ 3.465).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,02% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.002, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	35.949	32.931
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(14.380)	(13.831)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	41	6
Provisão resgate de milhas cartão	2	(77)
Brindes e Doações	(26)	(19)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(21)	59
Receita com atos cooperativos	10.540	11.483
Juros sobre capital próprio	2.001	1.847
Prejuízo fiscal	557	145
Lucros e dividendos	27	54
Outros	25	23
Subtotal	13.146	13.522
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.234)	(309)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Disponibilidades (Nota 04)	-	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	32.192	19.872
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	101.478	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira	134.792	188.999
Outros Créditos - Rendas a receber	1.360	1.278
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	568	335
Investimentos (Nota 10)	19.422	14.415
Intangível (Nota 11)	3.165	3.495
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	3.086	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	463.580	379.456
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	4.944	-
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	36.792	19.868
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.636	250
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	8.627	6.572
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	12.694	13.569
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	118	-
Operações de Empréstimos e Repasses	31.423	30.608
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	2.306	2.137
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	9.484	7.514

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	281	0,21%	344
Depósitos a prazo	3.468	1,05%	1.998
Operações de crédito	17.119	1,83%	16.285

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.718	3.229

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	869	572
Despesa de aluguéis	2.946	2.509
Despesa de comunicação	1.203	1.014
Despesa de manutenção e conservação	1.516	1.372
Despesa de material	496	391
Despesa processamento dados	635	506
Despesa de promoções e relações públicas	2.511	2.220
Despesa de propaganda e publicidade	568	428
Despesa de seguro	660	625
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.002	1.659
Despesa de serviços de terceiros	779	680
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.130	1.013
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.498	931
Despesa de serviços de transportes	1.643	1.166
Despesa de viagem	512	370
Despesa de depreciação e amortização	3.238	2.369
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	800	696
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	2.541	1.667
Outras despesas administrativas	1.899	1.464
Total	27.446	21.652

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	802	1.687
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	12.595	13.440
Reversão de provisões operacionais	3.328	2.963
Absorção de dispêndios - FATES	2.069	1.667
Outras rendas operacionais	285	758
Total	19.079	20.515

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.378	1.165
Contribuições Cooperativistas	138	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.462	891
Contribuição Confederação Sicredi	6.446	5.107
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	1.317	1.200
Encargos da administração financeira	68	89
Repasse administradora de Cartões	293	297
Despesas de Cartões - emissão, postagem e processamento	1.826	1.378
Outras fianças bancárias	1.145	1.779
Outras provisões operacionais	1.443	1.579
Outras despesas operacionais	754	1.192
Total	17.270	14.808

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	164.350	155.390
Total	164.350	155.390

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	199.515	159.423
Nível I (NI)	199.515	159.423
Capital principal - CP	199.515	159.423
Capital social	96.705	77.791
Reservas de capital	92.148	72.678
Lucros acumulados	13.846	12.471
Ajustes Prudenciais	(3.184)	(3.517)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.171.450	947.021
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.380	1.537
Margem de Capital (i)	75.133	58.448
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,03%	16,83%
Situação de Imobilização (Imob)	27.378	21.184
Índice de Imobilização (Imob / PR)	13,72%	13,29%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Eduardo Duarte Gonçalves
Diretor Executivo
CPF: 992.302.831-34

Sérgio Aparecido da Silva Coelho
Diretor de Operações
CPF: 796.473.911-53

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20